

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.428.249 - SP (2019/0007307-6)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **HOSPITAL ALEMÃO OSWALDO CRUZ**
ADVOGADOS : **ROSELI LEME FREITAS E OUTRO(S) - SP134800**
JULIANA BETTONI MENEZES DO NASCIMENTO - SP298333
FELLIPE ANDRE ANDRADE - SP350742
AGRAVADO : **JOAO MANUEL VIEIRA DE CARVALHO**
ADVOGADOS : **PAULO DIACOLI PEREIRA DA SILVA E OUTRO(S) - SP211642**
JANAINA ALVARES DI STASI GOMES - SP262240
LEONARDO VINICIUS OLIVEIRA DA SILVA - SP277006
INTERES. : **UNIMED PAULISTANA SOC COOPERATIVA DE TRABALHO**
MEDICO - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
REPR. POR : **FABIANO FABRI BAYARRI - LIQUIDANTE**
ADVOGADO : **JOSE EDUARDO VICTORIA - SP103160**

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por HOSPITAL ALEMÃO OSWALDO CRUZ contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

AÇÃO DECLARATÓRIA E CONDENATÓRIA. Cobrança indevida de cirurgia liberada pelo plano de saúde. Sentença de improcedência.

Apela o autor sustentando após a realização de cirurgia no hospital- réu para a retirada de tumor do estômago passou a sofrer cobrança para pagar pelo procedimento, cujo custeio foi devidamente liberado pelo plano de saúde; a autorização para cirurgia foi concedida ao Hospital Alemão Oswaldo Cruz; o nome do autor foi inscrito em cadastro de inadimplentes em razão da suposta dívida em aberto pela cirurgia, justificando a indenização por danos morais.

Cabimento. O plano de saúde confirma ter liberado o custeio da cirurgia no hospital apelado, razão pela qual a cobrança era indevida, sobretudo a inscrição do autor em cadastro de inadimplentes por dívida que era para ser suportada pelo plano de saúde. A cobrança deve ser declarada indevida em face do autor. Danos morais configurados. Fixação em R\$10.000,00.

Recurso provido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 427 e 884, do CC.

Alega, em síntese, que "o Hospital Recorrente não precisava comprovar a negativa do plano de saúde e nem a prévia autorização deste para realização do procedimento, pois, tais fatos não excluem a responsabilidade do Recorrido no pagamento, pois conforme se extrai dos documentos de fls. 158/164, este assinou junto ao Nosocômio contrato de prestação de serviços, no qual se responsabiliza por qualquer

pagamento NÃO realizado pela operadora de saúde, [...]".

E continua:

É de se notar que, a cobrança realizada em face do Recorrido não se baseou na negativa do plano de saúde, pois de fato esta não ocorreu. O que deu origem às cobranças foi a inadimplência da operadora junto ao Nosocômio, que simplesmente invocou o texto da cláusula nº 12 do contrato pactuado entre as partes e realizou a cobrança em face do paciente, tendo em vista que esta possui responsabilidade solidária face as despesas.

No mais, ressalta que os danos morais foram fixados de forma exorbitante (R\$ 10.000,00 - dez mil reais), pugnando pela sua redução.

É o relatório. DECIDO.

2. Ao apreciar a controvérsia, o Tribunal local assim consignou:

Consta dos autos que o autor passou por cirurgia no hospital- apelado, e mesmo após a liberação do custeio da cirurgia pelo plano de saúde, passou a realizar a cobrança dos procedimentos do autor, chegando, inclusive, a inserir seu nome em cadastro de inadimplentes.

Não obstante o entendimento esboçado pelo d. juízo sentenciante, na hipótese vertente, o próprio plano de saúde admite ter liberado o custeio da cirurgia em prol do autor (f.189), razão pela qual em nenhuma circunstância a cobrança do nosocômio poderia ter sido deduzida contra o autor, quanto menos ser justificativa para inscrever seu nome em cadastro de inadimplentes.

A conduta do hospital revela patente abuso de direito e configura excesso a justificar a indenização por danos morais, pois os danos experimentados, sem dúvida, excederam ao mero dissabor.

O acórdão que apreciou os embargos de declaração ainda frisou que:

A contradição que autoriza a oposição de embargos de declaração é aquela presente no bojo da decisão e não em face do que restou defendido pela parte.

Afigura-se descabida a alegação de regularidade da cobrança, mormente em relação à inscrição do nome do embargado no rol de maus pagadores diante da informação da operadora de saúde acerca da liberação para o procedimento cirúrgico o qual necessitava o paciente.

Em caso de inadimplência da operadora, caberia à embargante a resolução da questão junta a esta, e não efetuar a cobrança nos moldes descritos, situação que ultrapassou o limite da razoabilidade.

Nota-se que o acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e a parte recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor.

Assim, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

3. Ainda que assim não fosse, o acolhimento da pretensão recursal, a fim de verificar as alegações da parte agravante, demandaria a interpretação de cláusula contratual e o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providências vedadas em recurso especial, nos termos das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Merece destaque, sobre o tema, o consignado no julgamento do Resp 336.741/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 07/04/2003, "(...) se, nos moldes em que delineada a questão federal, há necessidade de se incursionar na seara fático-probatória, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias, não merece trânsito o recurso especial, ante o veto da súmula 7-STJ".

4. Por fim, em relação ao *quantum* fixado a título de danos morais, é pacífico nesta Corte que, em sede de recurso especial, a revisão da indenização por dano moral apenas é possível quando o valor arbitrado nas instâncias originárias se revelar irrisório ou exorbitante. Não estando configurada uma dessas hipóteses, não cabe examinar a justiça do valor fixado na indenização, uma vez que tal análise demanda incursão à seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ. Precedentes: REsp 686050/RJ, 1ª Turma, Min. Luiz Fux, DJ de 27.06.2005; AgRg no Ag 605927/BA, Min. Denise Arruda, DJ de 04.04.2005; REsp 734.741/MG, Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 27.03.2006.

No presente caso, entendo que a quantia fixada pelo Tribunal de origem, qual seja, R\$ 10.000,00 (dez mil reais), encontra-se em consonância com os precedentes desta Corte, não ensejando a revisão em sede de recurso especial.

5. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator